



Ângela Lähnig

Servidora pública aposentada. Iniciou a carreira profissional na Fundação Rondon, exercendo atividades na sede estadual em Porto Alegre, de 1976 até 1989. Na UFRGS, trabalhou na Pró-Reitoria de Extensão, onde também fez parte da equipe que acompanhou as atividades iniciais do Projeto Rondon, relançado em 2005.

Glauber: Então, Ângela, como é que foi sua relação com o Rondon? Você trabalhava com o projeto de extensão, como é que foi o início?

Ângela: Você fala ‘Rondon’, a minha relação com Projeto Rondon mesmo, é isso?

Glauber: É, a sua relação mesmo e com o Projeto também.

Ângela: Então, vou começar explicando um pouco o que significa este “Projeto”, que não foi exatamente um projeto de extensão, mas foi um Projeto de integração e desenvolvimento nacional que se consolidou como uma instituição pública, vinculada à estrutura do Poder Executivo do País.

Eu comecei a trabalhar no Rondon em 1976, como estagiária. Já era Fundação Projeto Rondon desde 1975, ou seja, o Projeto Rondon fora transformado em autarquia federal, vinculada, na época, ao Ministério do Interior. Tinha estrutura administrativa que funcionava em parte com recursos da União, em parte com arrecadação de recursos provenientes de convênios com órgãos públicos ou empresas. O grupo de trabalho era formado por contratados, cedidos de outros órgãos e estagiários ou bolsistas. E eu comecei assim, como estagiária.

Exerci diversas funções na Área Administrativa, no período de 1976 até 1989, quando foram encerradas as atividades do Rondon. Aí fui designada para desempenhar as ações relacionadas ao fechamento das Coordenações de Área, no interior do Estado, e das atividades da Coordenação Estadual em Porto Alegre.

Nós tínhamos no Rio Grande do Sul Coordenações de Área, ou seja, representações da Fundação Rondon em alguns municípios que tinham, necessariamente, uma universidade. Então era Pelotas, Rio Grande, Caxias do Sul, Uruguaiana, Passo Fundo, Santa Maria, Santo Ângelo, Bagé. Em Porto Alegre também tinha uma Coordenação de Área, que funcionava nas dependências da UFRGS, enquanto que a sede era em outro local, no bairro Petrópolis.

Bom, com relação às Operações que o Rondon realizava, eram basicamente os Campi Avançados e as Operações Nacional, Regional e Especiais.

Dos Campi Avançados eu não tenho muita informação, mas o Rio Grande do Sul tinha quatro ou cinco Campi e eles eram coordenados por algumas universidades do Estado e os trabalhos eram desenvolvidos por seus professores e alunos. Não acompanhei muito esta atividade.

A Fundação Rondon tinha, basicamente, atividades em torno de duas Operações que ocorriam em épocas fixas e distintas: a Operação Nacional, em janeiro; e a Operação Regional, em julho.

A Operação Nacional tinha por objetivo levar estudantes universitários de um Estado para outro Estado da União.

As atividades de preparação desta Operação iniciavam já no primeiro semestre do ano, visando os convênios e contatos com as Prefeituras Municipais interessadas. A partir daí o trabalho desenvolvido incluía planejamento das atividades, processo de seleção e treinamento de universitários, preparativos da infraestrutura das viagens e tudo o mais que envolvesse este tipo de Operação.

O treinamento das equipes de participantes era uma atividade bastante cuidadosa e que visava levar estudantes preparados para atuar nos municípios. Normalmente os estudantes desta Operação já haviam participado em alguma outra atividade do Rondon e também tinham parte do curso acadêmico já realizado. Desta forma, o Rondon investia na qualidade das equipes enviadas.

A Operação Estadual, que era aquela Operação que acontecia na metade do ano, ela tinha o mesmo foco da Operação Nacional, só que acontecia no âmbito Regional, ou seja, no estado de origem do aluno. Mas o processo era o mesmo, um trabalho de parceria com prefeituras, visando atender suas demandas e o Rondon tinha a responsabilidade de preparar as equipes de acadêmicos para atuarem nas localidades.

As duas Operações, Nacional e Regional, também tinham o objetivo de realizar um trabalho junto às prefeituras municipais que possibilitasse a continuidade, no decorrer do ano, das ações realizadas junto às comunidades. Nos anos seguintes, conforme o planejamento, novas equipes eram enviadas para estes mesmos locais.

Além destas duas ações, também existiam as Operações Especiais, que ocorriam durante todo o ano, na localidade de abrangência das Coordenações de Área, com duração determinada pela necessidade do órgão conveniado. Ela tinha um caráter diferenciado, porque os alunos envolvidos na atividade atuavam no contexto de abrangência do convênio, por exemplo, saúde, educação, meio ambiente.

O que todas as atividades tinham em comum era proporcionar aos estudantes experiência e atuação prática na sua área de formação.

Também, a participação do estudante nas diversas atividades da Fundação Rondon eram consideradas como critério de seleção para continuar atuando nas operações. Assim, o grupo de trabalho da Operação Nacional, que demandava um preparo mais abrangente, normalmente era constituído por alunos que tinham ampla participação nas Operações Especiais e na Operação Regional, o que também possibilitava a realização de um trabalho mais especializado no curto espaço de tempo da atividade.

Então, bem resumidamente, é este o esqueleto das Operações da Fundação Rondon no Rio Grande do Sul, que mobilizou milhares de universitários gaúchos, durante mais de vinte anos, para atuarem em todas as comunidades do Estado do Rio Grande do Sul e de outros Estados, tornando realidade tanto o slogan de origem “Integrar para não Entregar”, como o da sua fase final, “Participação e Desenvolvimento”.

Glauber: Não, claro, porque o interessante é justamente ter esse outro lado. Porque quando, na maioria, todas as entrevistas que fiz foram sobre experiências nas Operações, o que aprenderam na Operação. E a gente não sabe como eles chegaram até lá. Então ter essa parte administrativa que você traz é muito interessante. E só queria entender, a Fundação Rondon, ela era da UFRGS, ela era vinculada à UFRGS?

Ângela: Não, a Fundação Rondon era da estrutura do Governo Federal, vinculada ao Ministério do Interior. Num primeiro momento é aquela história conhecida de professores de uma universidade do Rio de Janeiro que levou um grupo de 30 estudantes para o norte do país, durante um mês, e desta experiência surge o que hoje conhecemos como Projeto Rondon. Acho que neste período foi vinculado aos Ministérios do Exército e da Educação.

Eu não conheço bem a estrutura inicial do Rondon no Rio Grande do Sul, mas sei que começou com alguns professores da UFRGS e que sua primeira sede foi em uma dependência da Universidade, acho que uma escola de madeira no Campus Central.

O que sei é que o movimento foi alcançando os universitários, com a visão levar o Brasil a conhecer o Brasil. Os registros daquele período demonstram que os estudantes de um estado atuavam em outro estado, com uma realidade diferente da sua, visando a integração e o desenvolvimento das comunidades mais carentes.

Então voltando à relação do Rondon com a UFRGS, acho que tem este fato de ter começado com alguns professores da UFRGS e a primeira sede ter sido em algum prédio da Universidade.

Glauber: Eu acho que era... os professores falaram que pelas coordenadas que me deram era entre a Faced hoje e a rádio da Universidade, aquela parte que tem um jardimzinho ali.

Ângela: É possível, porque eu vinha às vezes aqui. Quando eu comecei a trabalhar, o Rondon já tinha sua sede no bairro Petrópolis. Mas a Coordenação de Área de Porto Alegre era aqui, e de vez em quando eu vinha para atender alguma atividade.

O trabalho da Sede abrangia a coordenação das atividades de todas as Coordenações de Área do Estado, incluindo a de Porto Alegre, que funcionava nas dependências da UFRGS. As atividades de uma Coordenação de Área eram mais específicas e junto aos alunos participantes, professores, enfim, então isso facilitava a execução dos trabalhos.

Eu acho que a UFRGS fez alguma reforma e aquele prédio (era de madeira) foi demolido. A Coordenação de Área de Porto Alegre foi extinta e suas atividades absorvidas pela equipe da Sede.

O Rondon, pelo menos na época que eu trabalhei lá, não atuava exclusivamente com as universidades, mas o foco era o universitário. Se o universitário tinha interesse em participar de uma operação, ele podia procurar o Órgão pessoalmente. Ele também tomava

conhecimento das atividades por meio da divulgação que era feita por diversos meios de comunicação.

Glauber: Então era uma coisa bem diferente do que eu... O que eu tinha na cabeça era uma coisa bem relacionada à UFRGS, porque hoje ele é bem sustentado pelas universidades, a UFRGS, UFPel. As cidades mandam os projetos, as cidades são selecionadas... Era mais pensado no estudante mesmo independente da universidade?

Ângela: Isso, independente das universidades. Tinha a ver com a demanda. No caso das Operações Nacional e Regional, vindas das Prefeituras; no caso das Especiais, provenientes de órgãos públicos. A partir da elaboração do projeto os alunos era selecionados, treinados e colocados na execução da atividade. As Universidades só participavam se estivessem inseridas na equipe conveniada.

Glauber: A quanto tempo você trabalhou na Fundação?

Ângela: 13 anos. Em 1989, quando a Fundação Rondon foi extinta. Na época, o Brasil vivia uma crise econômica muito séria e durante o Governo Sarney alguns órgãos públicos foram extintos, incluindo o Rondon, visando enxugar a estrutura administrativa do País.

Nessa ocasião foi criada a Secretaria de Ação Comunitária, SEAC, que passou a atuar em questões relacionadas ao desenvolvimento social e comunitário, atividade muito semelhante ao que o Rondon e outros órgãos faziam. Então, na verdade, não fazia muito sentido ter a Fundação Rondon, que trabalhava com comunidades, e ter a SEAC que também iria trabalhar na área da ação comunitária. O que se perdeu, neste caso, foi a atuação do estudante universitário nas ações junto à comunidade, que a Fundação Rondon proporcionava.

De fato, o Brasil estava em crise econômica e tínhamos muitas instituições governamentais, algumas delas desenvolvendo atividades similares. Então o Governo estava certo em diminuir a estrutura, mas eu não sei se foi uma boa escolha, porque o Rondon tinha experiência, e contava com a simpatia e confiança da sociedade, da comunidade universitária e das instituições em geral.

No Rio Grande Sul, o Rondon tinha convênio com muitas instituições, às vezes trinta, quarenta convênios por ano, isso principalmente na década de 80. Era um trabalho muito interessante nesse sentido, um trabalho bem focado no social, e também focado no envolvimento do estudante universitário.

E esse slogan “integrar para não entregar”, da década de 80, mudou de nome, porque veio o entendimento de que aquele objetivo inicial já estava atendido, trazendo a mudança do foco para “participação e desenvolvimento”, ou seja, o objetivo do trabalho da Instituições avançou e cresceu.

Glauber: Que interessante! Mas eu queria saber tanto a parte, para você principalmente, o que significou o Rondon e o que você acha que era importante no Projeto que tinha na época.

Ângela: Olha, para mim foi importante, especialmente porque foi minha primeira experiência profissional, embora como estagiária, e tive a oportunidade de aprender a trabalhar em diversos setores e atribuições.

Eu gostava do envolvimento com os estudantes e, como equipe de trabalho, de alguma maneira, participava dos eventos. O trabalho com aluno e com comunidade sempre é envolvente.

Para as Operações Nacionais e Regionais, por exemplo, os alunos vinham de outras localidades, e isso demandava um atendimento específico para estes participantes. No período de execução das operações o envolvimento da equipe era integral. Isso significava plantões, atividades em finais de semana e todo tipo de atribuição necessária ao acompanhamento dos rondonistas atuantes nas diversas localidades, o que também propiciava experiências e conhecimentos novos.

Naturalmente, um momento triste para mim foi o encerramento das atividades. Na época eu era chefe do Setor Administrativo e veio uma designação para realizar o fechamento das Coordenações de Área no Estado e de todas as atividades relacionadas à extinção do Órgão. Eu fui em todos os municípios onde tinha representação da Fundação e era muito triste encontrar alunos, professores, grupo de trabalho e às vezes até representantes da comunidade, buscando alternativas para dar continuidade às ações do Rondon.

Na verdade, já desde 1985, o Rondon foi perdendo, gradativamente, espaço no seu campo de trabalho. De alguma forma, a extinção era esperada. Então, para mim a experiência é essa, acho que era um trabalho especial, de dedicação, de participação e de comprometimento social.

Encerradas as atividades, fiquei lotada no Ministério da Educação e, mais tarde, vim para a UFRGS.

O trabalho na Universidade, especialmente na Pró-Reitoria de Extensão, para onde fui designada, de alguma forma, tem semelhança com as ações do Projeto Rondon, especialmente pela proximidade com o aluno. Mas difere nos objetivos e na relação com outros órgãos e instituições.

Glauber: E, na retomada, você ficou quanto tempo envolvida com o Rondon?

Ângela: Em 2005, no Governo do Presidente Lula, as atividades do Projeto Rondon retornam, administradas pelo Ministério da Defesa. E o Ministério desenvolveu esta atividade diretamente com as Universidades, por meio de editais.

Nessa ocasião eu estava na PROEXT/UFRGS e fiz parte da equipe que acompanhou este primeiro edital. Mas o Projeto Rondon voltou num formato muito diferente das suas raízes e no começo foi um pouco difícil entender o processo e o formato apresentado. Então a retomada foi um pouco complexa.

Acho que fiquei envolvida por três ou quatro anos com esta atividade. A UFRGS agora está melhor engajada no Projeto. É bom, os alunos e os professores querem este espaço de participação na atividade comunitária. Enriquece a experiência pessoal e institucional.